

O ENSINO SUPERIOR VIGIADO: ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS SEGURANÇA E DE INFORMAÇÃO EM SERGIPE

JOSÉ VIEIRA DA CRUZ¹

Este trabalho examina a atuação dos órgãos de segurança e de informação junto às instituições de ensino superior em Sergipe no período de 1966, quando localizamos correspondências do Ministério da Educação solicitando informações sobre os estudantes, até 1988, quando após aprovação da atual Constituição, parte da legislação da política de Segurança Nacional da ditadura civil-militar foi desmontada. Em particular, essa documentação, localizada junto ao arquivo da Universidade Federal de Sergipe, focaliza como esses órgãos mantiveram constante vigilância sobre os estudantes, professores e técnicos. O estudo desta documentação, e da legislação a ela relacionada, possibilita compreender alguns dos meandros dos mecanismos institucionais, de um Estado autoritário, que coloca na alça de mira e sob vigilância o ensino superior e parte da sociedade. Durante esse período, a ideia de autonomia e de reforma universitária são (re)pensadas e (re)direcionadas dentro de horizontes menos humanistas e mais tecnicistas. O golpe civil-militar, inicialmente, a ditadura militar, em sua extensão de 21 anos, e sua posterior transição até a Constituição de 1988, colocaram a sociedade brasileira frente a um momento de radicalização perpassado por delações, processos, prisões e perseguições. Neste clima de acusações aqueles que faziam parte do movimento estudantil, do movimento sindical e ou estavam próximos aos partidos de esquerda passaram a ser visto como “agitadores”, “subversivos”, “baderneiros”, “comunistas”. Em Sergipe, como em outros estados, estes órgãos passaram a vigiar as manifestações políticas e culturais dos estudantes, dos professores e dos técnicos. Comemorações, passeatas, desfiles, trotes, jornais ou mesmo grupos de estudos passaram a ser objeto de atenção destes órgãos. O destrinchamento deste olhar institucionalizado e de seus mecanismos de funcionamento revela particularidades e padrões de vigilância e controle, como também, cicatrizes de um passado próximo e presente da história política nacional.

Introdução

A ditadura iniciada em março de 1964 e estendida até março de 1985, produziu efeitos sobre a relação entre o Estado e a sociedade brasileira tanto ao longo dos seus 21 anos de duração quanto nas décadas seguintes ao seu término. Essa relação revela diferentes níveis de relações de poder entre militares e civis e destes, uma vez apossados do Estado, sobre determinados setores da sociedade civil.

¹ Professor Adjunto II da UFAL, Doutor em História Social (UFBA), Coordenador do Curso de História da UFAL\Campus do Sertão, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC\CNPq). Autor da tese: “Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1951-1985”, defendida em 2012. E-mail: jvdcufal@gmail.com

Dentre estes setores a nova ordem buscou desapoderar do debate político os sindicatos, os reformistas, os nacionalistas e os estudantes envolvidos nas experiências e movimentos de educação e de cultura popular, ou seja, todos aqueles que haviam se posicionado ao lado dos movimentos nacionalistas, reformistas e populares. Fossem eles humanistas cristãos, como Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda, e seu companheiro de fé e de convicções políticas, Dom José Vicente Távora, bispo da então recém-criada arquidiocese de Sergipe, ou militantes políticos como o jornalista-sindicalista-estudante Paulo Barbosa, o servidor público e vereador Agnalto Pacheco, o ferroviário Antonio Bittencourt, ou com os estudantes Mario Jorge Vieira, Wellington Manguiera, Zelita Correia, entre tantos outros. Em outras palavras, um dos maiores crimes cometidos pelo golpe e pela ditadura civil-militar foi o de impedir o direito de reunião e de livre manifestação do pensamento das pessoas e dos grupos.

Embora a sociedade brasileira tenha sentido os efeitos da ditadura com intensidades diferentes, parte sendo beneficiada e parte sendo alvo de suas ações repressivas, em termos historiográficos, ainda não existe um consenso quanto a dimensão civil-militar da ditadura. Feita essa ponderação, é preciso deixar claro que o objetivo desse texto é discutir o ensino superior em Sergipe, em particular, a partir da atuação dos órgãos de segurança e de informação.

Este trabalho, portanto, examina a atuação dos órgãos de segurança e de informação junto às instituições de ensino superior em Sergipe no período de 1966, quando localizamos correspondências do Ministério da Educação solicitando informações sobre os estudantes, até 1988, quando após aprovação da atual Constituição, parte da legislação da política de Segurança Nacional da ditadura civil-militar foi desmontada. Em particular, essa documentação, localizada junto ao arquivo da Universidade Federal de Sergipe, focaliza como esses órgãos mantiveram constante vigilância sobre os estudantes, professores e técnicos. O estudo desta documentação, e da legislação a ela relacionada, possibilita compreender alguns dos meandros dos mecanismos institucionais, de um Estado autoritário, que colocou na alça de mira e sob vigilância o ensino superior e parte da sociedade. É dentro deste contexto de experiências, que a ideia de autonomia e de reforma universitária é (re)pensada e (re)direcionada dentro de horizontes, por um lado, menos humanista e, por outro, mais tecnicista.

Da DSI à AESI: o ensino superior na alça de mira dos órgãos de segurança e informação

Examinando a correspondência mantida entre a Divisão de Segurança e Informação (DSI) e a direção da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no período de 1969 a 1972, observa-se que as constantes cobranças do referido órgão de segurança e de informação à instituição de ensino superior em Sergipe deviam-se, ao menos em parte, à demora nos encaminhamentos solicitados, assim como às resoluções que estes encaminhamentos recebiam. Desta forma, o não atendimento das demandas da DSI/MEC, por parte de alguns órgãos, instituições e universidades, seja por razões de ordem burocrática ou política – a exemplo da UFSE no caso da cassação dos direitos representação política dos estudantes em lugar de sua expulsão, protelando as orientações determinadas pela política de Segurança Nacional –, podem ter contribuído para a criação de mais um órgão para a comunidade de segurança e informação, no caso as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), como proposta de aumentar o controle e eficiência da referida política de vigilância, sobretudo nas universidades (CRUZ, 2008; 2012).

No caso da UFS, após o cumprimento dos tramites estatutários da instituição a AESI foi criada em 6 de agosto de 1971, por meio da Resolução do CONSU nº 16/1971, assinada pelo vice-reitor em exercício, Dr. Luiz Bispo. Entretanto, apesar de criada em 1971, as atividades dessa assessoria parecem só terem sido iniciadas a partir de 1972, sendo que em 1976 ela passa a ser denominada de Assessoria de Segurança e Informação (ASI), cujas atividades se estenderiam até a década de 1980, só deixando de existir após a Constituição de 1988 (CARVALHO, 2008).

A criação dessas assessorias de segurança e informação nas universidades teve, portanto, como um dos seus efeitos o controle da autonomia dessas instituições frente às políticas e deliberações estabelecidas pela ditadura civil-militar, sobretudo, no tocante a política de segurança nacional. Não obstante esse objetivo, a ampliação das instituições que formavam a comunidade de segurança e de informação, no caso com as AESI/ASI, não impediu que determinados espaços e mecanismos de negociações fossem utilizados por “alguns dirigentes universitários [que] se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária” (MOTTA, 2008:04).

A atuação da AESI/ASI na Universidade Federal de Sergipe

A atuação da AESI/ASI junto a UFSE foi marcada por proibições, por busca de informações e por cobranças, cujo objetivo mirava o controle de funcionários, de professores e, sobretudo, de estudantes. Em relação aos estudantes os documentos eram taxativos quanto ao controle, vigilância e interferência que a mencionada assessoria deveria exercer. As práticas de controle e vigilância iam desde o encaminhamento de fichas de qualificação dos discentes candidatos as vagas de representantes nos órgãos deliberativos da universidade até os casos em que a ASI não recomendava a posse de estudantes em entidades estudantis para os cargos para os quais haviam sido eleitos (AESI/UFSE, Of. nº 05/1973).

Ilustra essa discussão o caso da recomendação feita pela ASI, em setembro de 1977, sob a chefia do Coronel R-1 José Brito da Silveira, de que não havia condições convenientes para que o estudante José Luiz Gomes tomasse posse na gestão eleita para a direção do Diretório Acadêmico (DA) Silvio Romero naquele ano. E ainda que a posse da chapa “Atitude”, possivelmente vinculada ao referido DA do Curso de Direito, estaria condicionada, com a aquiescência da vice-reitoria, ao “processamento do LDB [Livro de Dados Biográficos] por essa Assessoria” (ASI/UFSE, Of. nº 50/1977).

Este fato significava que os membros da referida chapa só poderiam tomar posse após o levantamento de seus dados biográficos. Segundo Carvalho, essa ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB) parece ter sido uma das “mais almejadas pela AESI”, pois possibilitava a construção de um perfil tanto ideológico quanto das “atividades políticas da pessoa investigada, fosse estudante, funcionário ou professor, indispensável à nomeação de alguém para um cargo público” ou, no caso em discussão, a um cargo inerente a representação estudantil. É preciso registrar que apesar dos esforços envidados não conseguimos localizar o referido livro ou ficha: LDB. A localização deste tipo registro possibilitaria aos pesquisadores uma discussão mais ampliada sobre os significados e alcances desta prática de controle, vigilância e repressão.

Exemplos dessa ordem indicam o poder de interferência dessa Assessoria tanto em relação a autonomia das entidades estudantis quanto em relação a autonomia da universidade. Esse tipo de interferência e de controle é claramente explícito na solicitação encaminhada pela AESI, através de ofício circular, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/FUFSE, transmitindo as “instruções recebidas da DSI/MEC” quanto a necessidade de controle do processo eleitoral que estava ocorrendo no Diretório Acadêmico daquele Instituto (AESI/UFSE, Of. cir. nº 01/1973). Neste documento, observa-se que a AESI mantinha constante correspondência

oficial com a reitoria, sobretudo a vice-reitoria e os institutos de ensino que constituía a universidade. Essa correspondência, em regra, era classificada em vermelho como confidencial, reservada ou sigilosa, conforme orientação do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAB). Instruções quanto ao uso dos dispositivos desse regulamento foram transmitida aos institutos de ensino da UFS em correspondência expedida em 01 de junho de 1977 (ASI/UFSE, Of. cir. nº 01/1977).

A estruturação dessas práticas de vigilância e ainda a infiltração de agentes da Polícia Federal em meio a comunidade universitária faziam com que professores, funcionários e estudantes mantivessem certa cautela e desconfiança, afinal ninguém sabia ao certo com quem estava falando. Ao recordar esse cotidiano, Antônio Porciano Bezerra, então estudante do curso de letras entre 1969 e 1971, atualmente professor do curso de letras da UFS, enfatiza que naquele momento “a universidade era uma instituição vigiada, você não sabia ao fundo com quem você estava falando” e “a sua vida era colocada em um cartão, numa ficha, em um processo, qualquer coisa assim, nas mãos do SNI...” (BEZERRA, 2008).

Ruy Belém de Araújo, estudante de história entre 1974 e 1979, militante do movimento estudantil, professor do curso de história da UFS, liderança sindical do magistério, menciona que a AESI e depois a ASI ficava localizada no prédio da Reitoria situado na rua Lagarto, centro de Aracaju, só passando para o atual campus universitário a partir da década de 1980, após o término de sua construção. Nesse período, conforme seu relato sabia-se que o cotidiano da comunidade universitária era acompanhado através de fichas de identificação e de relatórios. Segundo Araújo, “tinham professores que eram delatores, que faziam parte da ADESG [Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra] e esses professores passavam informações. A gente desconfiava de muitos... [o] duro [era] provar!”. Araújo também relata ação de polícias federais infiltrados em eventos e na própria sala de aula. (BELÉM, 2018).

Além dessas práticas de controle e vigilância, a AESIs/ASIs produziam e divulgavam uma espécie de “informativo/boletim” com as suas respectivas ações entre os órgãos dessa comunidade instalados em universidade de várias partes do país. A este respeito, Motta, chega a classificar, segundo o mencionado tipo de correspondência recebida pela AESI/UFMG de AESIs de outras partes do país, a AESI/UFS como uma das mais organizadas (2008: 39).

Essa organização pode ser traduzida no empenho que a AESI/UFS procurava demonstrar no trabalho de controle e de vigilância para com os membros da comunidade universitária. Em

particular, no tocante a coleta de informações quanto a circulação de publicações proibidas, quanto as programações dos eventos estudantis, quanto as possíveis viagens ou relacionamentos de professores ou de alunos com pessoas ou com países socialistas, entre outros. Como fica evidente nas informações requeridas pela AESI/UFS ao diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, prof. Fernando de Figueiredo Pôrto, solicitando com urgência informações que viessem a confirmar ou não a participação que professores ou estudantes estavam recebendo informações “oriundas da “Cortina-de-ferro” (AESI/UFSE, Of. cir. nº 01/1974).

Ainda em relação a essa correspondência entre a AESI e a UFS, chama atenção um relatório baseado em documentos supostamente apreendidos em um aparelho do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este relatório foi divulgado pela referida assessoria com a intenção de informar às autoridades acerca do grau de organização do movimento estudantil e de como os movimentos de esquerda estavam infiltrados no Movimento Universitário (MU). Mas o conteúdo deste relatório, feitas a devidas ponderações em razão da finalidade de sua divulgação, também revela como quadros do PCB estavam avaliando o movimento estudantil, a partir da conjuntura política naquele momento.

O mencionado relatório informa o fechamento de diretórios acadêmicos, o fechamento da UNE, a aposentaria de professores e o desmonte da imprensa estudantil. Essa é a avaliação produzida pelo PCB nos documentos apreendidos e sintetizados no documento divulgado pela AESI/ASI. Estas informações, mesmo que filtradas e manipuladas, revelam não só a intenção dos militares em informar a situação em que se encontrava o movimento estudantil universitário, como também deixa escapar a leitura do PCB a respeito daquele período histórico, em particular, a respeito do movimento estudantil. Entre as discussões que esse relatório deixa sobressair a crítica do PCB às tendências que enveredaram pela luta armada, as quais o partido também atribui parte da responsabilidade pelo enrijecimento imposto pela ditadura contra os movimentos de massas.

Nesse período, portanto, além das orientações e cobranças constantes – cujo objetivo era que as universidades controlassem os estudantes, impedindo-os de realizar atividades classificadas, pelos órgãos de segurança e informação, como “agitações subversivas” –, foram divulgadas informações sobre livros que não deveriam ser lidos, os perigos da imprensa estudantil, a exemplo do jornal “Movimento”, a necessidade de proibir a participação dos estudantes em encontros, numa clara referência à então recente memória do XXX Congresso

da UNE, realizada em Ibiúna, São Paulo, em 1968, além do controle da atuação de funcionários e de professores.

A atuação velada da ASI

As fontes sobre o período da ditadura, em particular as relacionadas ao controle que os órgãos de segurança e informação impuseram à comunidade universitária, sofreram de problema semelhante com aquele atribuído a Ruy Barbosa. O então Ministro da Fazenda do Governo Republicano Provisório, que havia mandado queimar a documentação referente à mancha representada pela escravidão na história nacional. Este fato serviu, por algum tempo, como alegação de que não se podiam estudar determinadas questões sobre a escravidão no Brasil por falta de documentos escritos, argumento que tem sido contestado e enfrentado, sobretudo a partir da década de 1980, por inúmeras pesquisas realizados em arquivos os mais diversos (SLENES, 1983).

Algo parecido ocorre com a documentação relacionada aos órgãos de segurança e informação, parte dela parece ter sido filtrada pelas autoridades responsáveis à medida que o processo de redemocratização avançava no país. Essa hipótese parece se comprovar quando se examina os dossiês dos estudantes fichados pelo DOPS em Sergipe, neles encontra-se pouca ou nenhuma informação. Esta constatação alimenta a suspeita de que esses dossiês passaram por um processo de esvaziamento e filtragem.

A outra parte, a referente à documentação produzida pela AESI/ASI junto a UFSE ou UFS, como é conhecida, foi alvo dos protestos estudantis que estavam sendo deflagrados em várias partes do país contra esses órgãos e suas documentações. Ilustra esse contexto, o episódio em que os estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC) descobriram os arquivos da ASI, que funcionavam junto aquela universidade e promoveram uma invasão com a intenção de interromper as atividades daquele órgão de vigilância que se mantinha em funcionamento, em pleno período de transição democrática, desativando suas atividades.

Nesse sentido, a invasão da ASI, na UFC, não parece ter sido um caso isolado. A análise da entrevista de Gisela Mendonça, então presidente do UNE, intitulada a “UNE segue os rastros”, revela que o movimento estudantil universitário se colocava, naquele momento, entre 1982 e 1988, de modo engajado contra o Sistema Nacional de Informações (SNI) e as ASIs que continuavam funcionando nas universidades (MENDONÇA, 1987).

Em Sergipe, pelos menos dois fatos ilustram esse posicionamento: A denúncia de que agentes da Polícia Federal e funcionários da ASI/UFS estavam (re)ativando as atividades da política de segurança nacional, em pleno contexto de abertura política; e a outra relacionada a invasão e destruição dos arquivos da ASI por estudantes, sob a liderança do DCE/UFS.

O primeiro fato, reveste-se de uma denúncia feita ao jornal *Gazeta de Sergipe*, em 01 de outubro de 1982, pelo presidente licenciado do DCE/UFS – o então estudante de direito Marcelo Déda Chagas, a época candidato pelo recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT) as eleições para o legislativo estadual. A denúncia em questão dizia respeito à ação de agentes da Polícia Federal e de servidores da ASI que, agindo em conjunto, coletavam informações das entidades sindicais e estudantis no campus universitária da UFS (GAZETA DE SERGIPE, 01/10/1982).

O fato novo dessa denúncia não era a ação em conjunto de agentes da Polícia Federal com os funcionários da ASI/FUFSE, essa relação já existia desde a década de 1970, conforme relatos já discutidos de Ruy Belém de Araújo e por Antônio Porciano Bezerra. Mas sim ao fato de que após um breve período de “suposta” desativação da ASI, ocorrido nos últimos anos da década 1970, em concomitância com o processo de abertura política, a partir dos primeiros anos da década de 1980 a comunidade universitária passou a verificar de forma invasiva o retorno das atividades vigilância e controle dos agentes dos mencionados órgãos.

Para Marcelo Déda Chagas, essas ações representavam “mais uma prova da falta de autonomia da Universidade Brasileira e um afronte a comunidade universitária”, e complementa, “que enquanto o presidente João Batista Figueiredo, discursa na ONU falando em ‘liberdade para os pobres’, no Brasil se vê cidadãos com suas liberdades ameaçadas pelos serviços de informações do Regime Militar” (GAZETA DE SERGIPE, 01/10/1982).

Neste sentido, não obstante o uso político dessa denúncia, realizado em um contexto de campanha eleitoral, ela revela o sentimento da comunidade universitária em face da incomoda atuação da ASI e de agentes da Polícia Federal a serviço da política de segurança nacional. Situação comparável a avaliado na entrevista de Gisela Mendonça, presidente da UNE em 1986/1987, em relação à campanha que a UNE promoveu contra o SNI e os demais órgãos da comunidade de segurança e informação que continuavam a desenvolver suas atividades em meio o processo de transição democrática que o país atravessava.

Já o segundo fato, relacionado à resistência estudantil frente à ASI/UFS, ocorreu de forma muito semelhante aos acontecimentos transcorridos com a invasão pelos estudantes da UFC a

ASI daquela universidade. Os estudantes da tendência Viração, que reunia em seus quadros estudantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), sob o mote de “desmoralizar a ditadura”, além de promoverem pichações de muros contra a ditadura, contra o aumento das passagens de ônibus, entre outras bandeiras, no período de 1982 a 1985, invadiram a sala da ASI no prédio da Reitoria da UFS, “onde estavam dois funcionários, recolheram os documentos à vista, colocaram em sacos, conduziram-nos para fora do prédio e incineraram-nos ao lado”. E ainda teriam ficado em volta do túnel em chamas “festejando em algazarra a destruição de grande parte da memória da repressão na Universidade Federal de Sergipe” (DANTAS, 1997:258).

Ao escrever o livro “*A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*”, publicado em 1997, Dantas, após avaliar as entrevistas a ele concedidas por Frederico Lisboa Romão, conhecido como Fredão, e por Carlos Roberto dos Santos, conhecido como Cauê – que juntamente com Álvaro Vilela e Edvaldo Nogueira, entre outros –, participaram da operação estudantil de invasão a ASI/UFS, argumentou em tom de desaprovação o ato que estes estudantes praticaram. Segundo Dantas, sob “a alegação de desmoralizar a ditadura, [estes estudantes] privaram assim a sociedade de um patrimônio documental, gerado durante o regime autoritário, que certamente muito ajudaria a compreender o período” (DANTAS, 1997:258 e 276). E ainda que, após essa operação os funcionários da mencionada Assessoria trataram de recolher os documentos restantes dando destino até o momento ignorado.

Após a publicação do mencionado livro, Carlos Roberto da Silva, Cauê, uma das lideranças estudantis entrevistadas por Dantas sobre a referida operação dos estudantes da UFS que invadiram e queimaram os arquivos da ASI, lamentou e discordou da versão apresentada pelo citado historiador, tendo por causa dessa divergência publicado uma resenha no jornal *Folha da Praia*, periódico alternativa que circulava no estado na década de 1990, no qual ele afirma que o fato não tinha ocorrido bem assim, ao contrário os militantes de esquerda e os DCEs em várias partes do Brasil, após terem conhecimento dessa documentação procurá-lo salvaguardá-la. Neste sentido, segundo a versão de Silva, a esquerda após “fim do regime militar, procurou reaver em diversos lugares a documentação - em grande maioria secreta, que os órgãos de informação haviam acumulado”. E que em relação aos documentos da ASI/UFS “resolvemos convocar os estudantes, rapidamente, para uma investida na reitoria a fim de salvaguardar a documentação que, aliás, nos interessa de perto”, mas ressalta que haviam

chegado tarde “para nossa frustração, o que havia era um amontoado de papéis picados longitudinalmente” (CAUÊ, 1998:11).

A versão apresentada por Cauê, uma década depois da referida “operação estudantil” ter ocorrido, e tempos depois da entrevista que ele havia concedida a Dantas, parece refletir mais os debates e discursos sobre a história e memória da ditadura civil-militar, visto a partir da década de 1990, que o sentimento político que havia movido as entidades estudantil e suas lideranças a partir da década de 1980 na luta simbólica contra a comunidade de segurança e informações e a política de segurança nacional. A respeito deste aspecto simbólico, CAUÊ lamenta a destruição dos documentos, mas enfatiza que ela foi um ato simbólico de vitória “pela extinção da ASI, decidimos queimar aquilo que já houvera sido destruído, ou seja filipetas inaproveitáveis dos documentos que constituíram parte da história repressiva do regime, na UFS (CAUÊ, 1998:11).

Não obstante a importância simbólica desses protestos, ainda que tenha sido queimada tão somente filipetas, e mesmo considerando a intenção de apagar os traumas, ressentimentos e implicações que esses documentos poderiam suscitar no período de sua destruição. Os registros destes órgãos de segurança e informação configuram-se em importantes fontes de estudo sobre os estudantes, os professores, os técnicos-administrativos, a universidade e a sociedade brasileira, no período.

Observa-se, assim, um duplo desmonte desses arquivos: um oficial, ocorrido com o esvaziamento dos arquivos pelas autoridades, e outro social, decorrente dos protestos estudantis contra as reminiscências da ditadura. Esses desmontes, por algum tempo, alimentaram a impressão de que só seria possível trabalhar o assunto através de entrevistas, notas esparsas de jornais ou acessando arquivos do SNI ou sobre a ditadura localizados no Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília.

Mas apesar de tudo isso, nos arquivos do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – PDPH/DHI/UFS – e no Arquivo Central da UFS, alguns registros sobreviveram e têm sido trabalhados nas últimas décadas. Dentre esses registros destacam-se: correspondências expedidas e recebidas, atas de conselhos, peças teatrais censuradas, termos de inquérito e relatórios, entre outros.

Pioneiro na trilha desses documentos, Dantas, em *A Tutela Militar em Sergipe*, não apenas descortinou a importância histórica dessa documentação como também apontou a relevância que a recuperação desse acervo documental pode revelar para história do período. Uma

história, da qual ele mesmo, José Ibarê Costa Dantas, foi participante, primeiro na condução de estudante de história submetido a um inquérito disciplinar e segundo na condição de professor de ciência política.

Outros trabalhos, sobretudo no campo da arquivística, tem se esmerado na busca e sistematização dessa documentação a exemplo do trabalho de Carvalho (2005), sobre a presença dessa documentação no PDPH/DHI/UFS, e o trabalho de Santos e Santos (2009), sobre os documentos relacionados ao movimento estudantil existentes no Arquivo Central da UFS. Além desses trabalhos também é importante registrar a pesquisa preliminar de Carvalho (2008) sobre a história da AESI na Universidade Federal de Sergipe.

Considerações finais

O conjunto dessas pesquisas tem demonstrado que apesar dos documentos destruídos, dos documentos cujo destino ainda é ignorado é possível com o suporte da história oral, das pesquisas junto à periódicos e, sobretudo, das pesquisas dos documentos enviados ou recebidos por outras instituições, a exemplo das universidades, seus institutos e departamento, e do acervo do projeto Memórias Reveladas, discutir os significados da política de segurança e informação sobre a autonomia da universidade em tempos de resistência democrática.

Desta forma, o golpe civil-militar, inicialmente, e a ditadura civil-militar, em sua extensão de 21 anos, e sua posterior transição até a Constituição de 1988, colocaram a sociedade brasileira frente a um momento de radicalização perpassado por delações, processos, prisões e perseguições. Neste clima de acusações aqueles que faziam parte do movimento estudantil, do movimento sindical e\ou estavam próximos aos partidos de esquerda passaram a ser visto como “agitadores”, “subversivos”, “baderneiros”, “comunistas”. Em Sergipe, como em outros estados, estes órgãos passaram a vigiar as manifestações políticas e culturais dos estudantes, dos professores e dos técnicos. Comemorações, passeatas, desfiles, trotes, jornais ou mesmo grupos de estudos passaram a ser objeto de atenção destes órgãos. O destrinchar deste olhar institucionalizado e de seus mecanismos de funcionamento revela particularidades e padrões de vigilância e controle, como também, cicatrizes de um passado próximo e presente da história política nacional.

Fontes e Referências

AESI/UFSE. *Of. nº 50/1977*, enviada ao Vice-Reitor da FUFSE, 02 de dezembro de 1977.

Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.

AESI/UFSE. *Of. cir. nº 01/1974*, 19 de março de 1974. In: PDPH, ofícios recebidos pelo IFCH.

AESI/UFSE. *Of. cir. nº 01/1977*, sobre o envio do RSAB nº 10 a diretor do IFCH, 01 de junho de 1977. XXX. In: PDPH, ofícios recebidos pelo IFCH.

AESI/UFSE. *Of. nº 05/1973*, enviada ao diretor da IFCH, 03 de outubro de 1973. In: In: PDPH, ofícios recebidos pelo IFCH.

AESI/UFSE. *Relatório da situação atual do “movimento estudantil”, através da análise de documentos apreendidos e informações obtidas*. In: PDPH, ofícios recebidos pelo IFCH.

ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 08/08/2008.

BEZERRA, Antônio Porciano. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.

CARVALHO, Adriana Melo. *Universidade Viglada: Documentos para a História da Ditadura Militar na UFS (1969-1977)*. São Cristóvão: UFS, 2005 (monografia de graduação).

CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição: a história da AESI em Sergipe*. São Cristóvão: DHI/UFS, 2008 (monografia de graduação).

CAUÊ, Carlos. “Sobre a tutela militar”. In: *Folha da praia*. Ano XVII, nº 654, Aracaju, 29 de maio de 1998, p. 11.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. “Espionagem, vigilância e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 -1979)”. In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pp. 135-145, jul.- dez., 2006.

CRUZ, José Vieira da. “Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)”. In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.2, n. 3, pp. 93-109, out. 2008 – abr. 2009.

_____. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe*. Salvador: PPGH/UFBA, 2012. (Tese de doutorado).

DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

GAZETA DE SERGIPE. *Deda denuncia*: PF e seguranças do Campos ameaçam estudantes. Ano XXVI, nº 7.194, 01 de outubro de 1982, p.04.

KINZO, MARIA D'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 4, 2001, pp. 3-12.

LEITE, Isabel Cristina. “Apurando a subversão”: um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG”. In: *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 1, pp.148-156 Janeiro/Julho de 2010.

MENDONÇA, Gisela Mendonça. “Entrevista de Gisela Mendonça – Presidente da UNE: A UNE segue o rastro”. In: *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informação das universidades”. In: *Topoi*, v.9, n. 16, jan.-jun, pp. 30-67, 2008.

SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: UNIT, 2009. (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, Márcia Souza. “ Memórias da ditadura em tempos de democracia: representações do regime militar através do cinema nacional”. In: *Em tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB*, n.10, pp. 69-93, Brasília, 2006.

SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-150, 1983.

UFSE. Resolução CONSU nº 16/1971. In: Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.